

SUMÁRIO

| | |
|--------------------|----|
| Apresentação | 15 |
|--------------------|----|

I. EMPRESA POLÍTICA, 19

A PARTICIPAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA NO PROCESSO ELEITORAL BRASILEIRO, 21 JOSÉ DIAS TOFFOLI

| | |
|--|----|
| 1. Introdução | 23 |
| 2. Formas de participação financeira da pessoa jurídica no processo eleitoral | 31 |
| 2.1. As contribuições financeiras nos anos anteriores ao ano eleitoral | 31 |
| 2.2. As contribuições financeiras no ano eleitoral | 32 |
| 2.3. Os repasses às campanhas das contribuições financeiras auferidas no ano eleitoral | 35 |
| 2.4. Os repasses às campanhas das contribuições financeiras auferidas nos anos anteriores ao ano eleitoral | 35 |
| 2.5. Algumas observações | 36 |
| 3. Participação não financeira das pessoas jurídicas | 39 |
| 4. Conclusões | 41 |
| Referências | 42 |

II. IDENTIFICAÇÃO EMPRESARIAL, 45

CONFLITO ENTRE PATRONÍMICO E MARCA EMPRESARIAL, 47 FÁTIMA NANCY ANDRIGHI

| | |
|---|----|
| 1. Introdução | 49 |
| 2. Patronímico <i>versus</i> nome empresarial | 52 |
| 3. O litígio envolvendo a marca “Koch” | 54 |
| 4. Conclusão | 59 |
| Referências | 59 |

III. EMPRESA E SOCIEDADE, 61

INCORPORAÇÃO DE COMPANHIA CONTROLADA SOB DOIS ENFOQUES: O CASO SANTANDER BANESPA E A INTERVENÇÃO DA CVM NO PODER DE CONTROLE DA COMPANHIA CONTROLADORA, 63 RODRIGO R. MONTEIRO DE CASTRO

| | |
|---|----|
| 1. A função estabilizadora do Direito | 65 |
|---|----|

| | |
|---|----|
| 2. A lei societária no contexto estabilizador | 66 |
| 3. A preocupação do legislador com a estabilização | 67 |
| 3.1. O exemplo da incorporação de companhia controlada | 67 |
| 3.1.1. A realidade atual do instituto. O Parecer de Orientação 35 | 68 |
| 3.2. A importância da adaptação de práticas alienígenas | 70 |
| 3.3. Distinções entre os choques da década de 1970 e o momento atual | 71 |
| 4. Método de avaliação de sociedades controladas | 72 |
| 4.1. Fundamentos da decisão | 74 |
| 4.2. Outras questões envolvendo a incorporação | 75 |
| 5. O art. 264 da Lei de Sociedades por Ações | 75 |
| 6. Manifestações da doutrina jurídica e contábil | 76 |
| 6.1. Patrimônio a preços de mercado | 76 |
| 6.2. Valor presente do fluxo futuro de caixa | 77 |
| 6.3. Valor justo de mercado | 77 |
| 6.4. Organização dos conceitos e confronto com a decisão objeto de análise | 78 |
| 7. A estabilização inerente a decisões judiciais | 78 |
| 8. Apontamentos finais | 79 |
| Referências | 79 |

**ASPECTOS PRÁTICOS DA DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE LIMITADA
SEGUNDO A JURISPRUDÊNCIA DO STJ, 81
ALEXANDRE LINARES NOLASCO**

| | |
|---|----|
| 1. Introdução | 83 |
| 2. A quebra da <i>affectio societatis</i> | 84 |
| 3. A ação de dissolução parcial | 85 |
| 4. A apuração de haveres | 89 |
| 5. A data de corte para a apuração de haveres | 91 |
| 6. A incidência dos juros de mora | 93 |
| 7. Conclusões | 94 |
| Referências | 95 |

IV. EMPRESA EM EXERCÍCIO E ABUSO, 97

**RESOLUÇÃO DO CONTRATO POR ONEROSIDADE EXCESSIVA, 99
ÊNIO SANTARELLI ZULIANI**

| | |
|--|-----|
| 1. A intervenção nos contratos: passado e presente | 101 |
|--|-----|

| | |
|---|-----|
| 2. Onerosidade excessiva | 105 |
| 3. O acontecimento perturbador das relações | 108 |
| 4. Momento da transformação da anormalidade em antijuridicidade | 112 |
| 5. Atuação do juiz | 115 |
| Referências | 121 |

ANÁLISE DO POSICIONAMENTO DO STJ EM RELAÇÃO AOS JUROS REMUNERATÓRIOS NAS OPERAÇÕES DE *FACTORING*, 123

ROGÉRIO ALESSANDRE DE OLIVEIRA CASTRO

| | |
|---|-----|
| 1. Objetivo | 125 |
| 2. Identificação do posicionamento do STJ em relação aos juros remuneratórios nas operações de <i>factoring</i> | 125 |
| 3. Breves considerações sobre <i>factoring</i> | 128 |
| 4. Análise do entendimento que vem prevalecendo no STJ em relação à limitação dos juros remuneratórios nas operações de <i>factoring</i> | 134 |
| 5. Conclusões | 142 |
| Referências | 142 |

V. EMPRESA E O CONSUMO, 145

A EMPRESA COMO CONSUMIDORA DE PRODUTOS E SERVIÇOS. ATUAL ESTADO DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 147

SWARAI CERVONE DE OLIVEIRA

| | |
|---|-----|
| 1. Introdução | 149 |
| 2. As correntes sobre o conceito de consumidor | 151 |
| 3. A empresa como consumidora de produtos e serviços. Atual estado da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça | 157 |
| Referências | 162 |
| Julgados | 162 |

A ÁRDUVA E INTERMINÁVEL QUESTÃO DA APLICABILIDADE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR À ATIVIDADE BANCÁRIA, 165

NEWTON DE LUCCA

| | |
|---|-----|
| I. Introdução: histórico do problema e posição pessoal a respeito | 167 |
| II. Os Acórdãos do STF na ADI nº 2.591-1 | 172 |
| III. As divergências existentes no âmbito da Suprema Corte | 186 |
| IV. O incidente de processo repetitivo referente aos contratos bancários subordinados ao CDC | 189 |

| | |
|--------------------|-----|
| V. Conclusão | 194 |
| Referências | 196 |

VI. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO, 197

O JUDICIÁRIO E AS POLÍTICAS DA LEI: CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS E A RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ANÁLISE DE JULGADOS, 199 RODRIGO OCTÁVIO BROGLIA MENDES

RECUPERAÇÃO JUDICIAL. QUESTÕES RELATIVAS AO PENHOR, 217 RENATO LUIZ DE MACEDO MANGE & WALTER VIEIRA FILHO

| | |
|--|-----|
| 1. Introdução | 219 |
| 2. Princípio da Preservação da Empresa e Proteção ao Crédito | 219 |
| 3. Penhor | 224 |
| 3.1. No Código Civil | 224 |
| 3.2. Na Recuperação Judicial | 224 |
| 3.3. Distinção entre o §3º e §5º do art. 49 da LFR | 225 |
| 3.4. Modalidades Abrangidas pelo art. 49, § 5º da LFR | 226 |
| 3.5. Conta Vinculada e Período de Suspensão | 230 |
| 4. Substituição do Penhor | 232 |
| 4.1. Concordância do Credor | 232 |
| 4.2. Controle Jurisdicional | 232 |
| 4.3. Conflito entre Norma e Princípio | 234 |
| 5. Conclusão | 235 |
| Referências | 236 |

VII. RESPONSABILIDADE EMPRESARIAL, 237

A “TEORIA HISTÓRICA DA DISCIPLINA DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS” E OS PRECEDENTES EM MATÉRIA DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA, 239

CESAR CIAMPOLINI NETO & WALFRIDO JORGE WARDE JR.

| | |
|---|-----|
| 1. Objetivos e síntese de resultados | 241 |
| 2. A moderna disciplina da responsabilidade dos sócios | 242 |
| 2.1. A atualização da disciplina histórica da responsabilidade dos sócios | 243 |



| | |
|---|-----|
| 2.2. O protagonista da atividade empresarial e a influência da teoria da empresa na atualização e na confirmação da disciplina histórica da responsabilidade dos sócios | 243 |
| 3. Os fundamentos da responsabilidade de sócios nas sociedades em nome coletivo e em comandita | 245 |
| 3.1. O problema da personalidade jurídica e a explicação de Vassalli | 245 |
| 3.2. A noção estruturante de capital social em suas acepções formal e real e o conceito derivado de patrimônio social | 247 |
| 3.2.1. O capital social como fator de produção | 248 |
| 3.2.2. O capital social e sua função (<i>ad extra</i>) de garantia como contrapartida da limitação de responsabilidade dos sócios: o paradoxo da coexistência potencial entre capital social e ilimitação de responsabilidade | 248 |
| 3.3. O poder residual sobre o capital social e demais meios de produção e a cotitularidade da empresa como fundamento da ilimitação de responsabilidade dos sócios | 249 |
| 3.4. A extensão da função de garantia do capital social ao patrimônio dos sócios e o dever de preservá-lo | 250 |
| 4. Os fundamentos da limitação de responsabilidade de sócios das sociedades em comandita, limitada e por ações | 251 |
| 4.1. Alienação das entradas de capital e consequente supressão do poder de dispor delas e dos demais fatores de produção como fundamentos da limitação de responsabilidade | 251 |
| 4.2. O capital social como elemento essencialíssimo das sociedades de capital | 253 |
| 4.3. As vantagens políticas de que se beneficiam os sócios: funções e limites | 254 |
| 4.4. A necessária distinção entre poder de controle empresarial e poder de controle societário | 254 |
| 4.5. A tutela do capital social como instrumento dedicado a garantir o exercício exclusivo da empresa pela sociedade: a caracterização das sociedades de capitais pela limitação de responsabilidade dos sócios | 257 |

| | |
|--|-----|
| 5. Os fundamentos da imputação de responsabilidade aos sócios das sociedades limitadas e por ações | 258 |
| 5.1. A imputação de responsabilidade fundada em um juízo acerca da (in)eficiência da limitação de responsabilidade | 259 |
| 5.1.1. A responsabilidade dos sócios no direito do trabalho | 261 |
| 5.1.2. O fundamento de imputação de responsabilidade previsto no § 5º, artigo 28, do Código Brasileiro de Defesa do Consumidor | 263 |
| 5.2. Imputação de responsabilidade fundada na apropriação dos meios de produção e conseqüente aquisição e exercício do poder de controle empresarial | 264 |
| 5.2.1. A violação à lei, aos estatutos ou ao contrato social como evidência da aquisição e exercício do poder de controle empresarial pelos sócios | 265 |
| 5.2.2. Algumas hipóteses de abuso do poder de controle societário como evidência da apropriação dos meios de produção e conseqüente aquisição e exercício do poder de controle empresarial | 266 |
| 5.2.3. A apropriação, pelos sócios, de posições jurídicas ativas contidas no capital e patrimônio social e a imputação de responsabilidade | 267 |
| 5.2.3.1. O esgotamento das posições ativas contidas no patrimônio social, ou sua insuficiência ao adimplemento de dívidas sociais como indício de apropriação, pelos sócios, de meios de produção da sociedade | 268 |
| 5.2.3.2. Pagamento indevido de dividendos | 270 |
| 5.2.3.3. Subcapitalização como apropriação antecipada de posições ativas que deveriam compor o capital social | 274 |
| 5.2.3.4. Autonomia da vontade e imputação de responsabilidade aos sócios pela apropriação de meios de produção da sociedade | 277 |
| 5.2.3.5. Processo e inversão do ônus da prova | 278 |
| 6. Conclusões | 282 |
| Referências | 283 |

A RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA EMPRESA DECORRENTE DE ACIDENTE DO TRABALHO, 285

RUDI ALBERTO LEHMANN JR.

| | |
|---|-----|
| 1. Síntese da questão posta em discussão: constitucionalidade da aplicação do parágrafo único do artigo 927 do Código Civil | 287 |
| 2. A legitimação ético-jurídica da apropriação dos meios de produção e a necessidade da mútua colaboração na prevenção aos acidentes de trabalho | 289 |
| 3. O meio ambiente do trabalho ruinoso e intolerável como fator a não legitimar o trabalho subordinado e impor a incidência da Teoria do Risco Criado a ampliar a responsabilidade empresarial | 292 |
| 4. Breves considerações da teoria do risco no ordenamento jurídico nacional | 295 |
| 5. Limites fático-jurídicos a quadrar a aplicação do parágrafo único do artigo 927 do CC quanto à indenização por acidente do trabalho | 299 |
| 6. Inteligência e alcance do sistema jurídico preceituado pelo inciso XXVIII, do artigo 7º da CF a consagrar o binômio PREVENÇÃO X INDENIZAÇÃO a conclamar empregador e empregado de verdadeiro múnus público | 304 |
| 7. Responsabilidade do empregador decorrente de acidente do trabalho | 308 |
| 8. A Teoria do Risco Criado preconizada pela atual jurisprudência | 313 |
| 9. Conclusões | 320 |
| Referências | 322 |

VIII. AS FRONTEIRAS DA ATIVIDADE EMPRESARIAL, 325

O COMÉRCIO ELETRÔNICO NOS TRIBUNAIS BRASILEIROS, 327

WILSON FURTADO ROBERTO

| | |
|----------------------------------|-----|
| I. Introdução | 329 |
| II. Comércio eletrônico | 331 |
| III. Contratos Eletrônicos | 337 |
| IV. Problemas | 345 |
| V. Regime jurídico | 370 |
| a) Deveres de Informação | 370 |

| | |
|--|-----|
| b) A Formação dos contratos eletrônicos | 389 |
| c) Direito de Arrependimento | 399 |
| d) Cláusulas Contratuais Gerais | 403 |
| e) Proibição de cláusulas abusivas | 404 |
| f) Envio de bens e prestação de serviços não solicitados | 406 |
| VIII. Meios extrajudiciais para composição de litígios | 407 |
| IX. Conclusão | 410 |
| Referências | 412 |

